



EGLANTINE DO RÊGO BARROS: protagonismo no ensino secundário pernambucano (1950-1960)

*Cristiane Souza de Menezes*¹

*Charliton José dos Santos Machado*²

*Lia Machado Fiuza Fialho*³

RESUMO

O artigo trata de uma educadora pernambucana que colaborou significativamente para o cenário educacional pernambucano na década de 1950, ao participar da formação de inúmeras crianças e jovens, fundar escolas e atuar como professora e gestora tanto no ensino primário como secundário. O objetivo foi biografar Eglantine do Rêgo Barros com ênfase na sua colaboração para a fundação do Colégio Estadual de Olinda. Amparado teoricamente nos pressupostos da História Cultural, o estudo elege a História Oral como metodologia de pesquisa. As fontes orais foram coletadas mediante entrevistas com ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos do Colégio Estadual de Olinda, bem como com a irmã da biografada; em seguida, foram entrecruzadas com fontes documentais, a exemplo de documentos escolares, reportagem e documentos pessoais. Os resultados demonstraram que a biografada foi a responsável pela fundação do primeiro estabelecimento público de ensino secundário do município de Olinda, no qual foi diretora. Como gestora do Colégio Estadual de Olinda, ganhou destaque, porque o colégio transformou-se em estabelecimento reconhecido pela sua qualidade. A boa escolarização custeada com recursos da sua família, que detinha prestígio social, e os contatos políticos desenvolvidos, somados à sua dedicação e compromisso com a educação, foram preponderantes para que a biografada conquistasse respeito e reconhecimento em Pernambuco.

Palavras-chave: História da educação. Biografia. Educação de mulheres. Protagonismo feminino.

¹ Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Brasil. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0416-6326>. Email: cristiane.smenezes@ufpe.br

² Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professor titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS); Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba (HISTEDBR/GT-PB); Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPQ PQ1-D. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-4768-8725>. E-mail: charliltonlara@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC); Professora da Universidade Estadual do Ceará - Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará; Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades (PEMO); Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPQ PQ2. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br



EGLANTINE DO RÊGO BARROS: protagonism in Pernambuco secondary education (1950-1960)

ABSTRACT

The article deals with a Pernambuco educator who contributed significantly to the Pernambuco educational scenario in the 1950s, by participating in the training of countless children and young people, founding schools, and acting as a teacher and manager in both primary and secondary education. The objective was to write a biography of Eglantine do Rêgo Barros, emphasizing her collaboration in the foundation of the Colégio Estadual de Olinda. Theoretically supported by the assumptions of cultural history, the study chooses Oral History as its research methodology. The oral sources were collected through interviews with former teachers, former employees, and former students of the Colégio Estadual de Olinda, as well as with the sister of the biographer, then they were intertwined with documentary sources, such as school documents, news reports and personal documents. The results showed that the biographer was responsible for the foundation of the first public secondary education establishment in the city of Olinda, of which she was director. As the manager of the Colégio Estadual de Olinda, she gained prominence because the college became an establishment recognized for its quality. The good schooling paid for with resources from her family, which had social prestige, and the political contacts she developed, in addition to her dedication and commitment to education, was crucial for the biography to gain respect and recognition in Pernambuco.

Keywords: History of education. Biography. Women's education. Female protagonist

EGLANTINE DO RÊGO BARROS: protagonismo en la educación secundaria pernambucana (1950-1960)

RESUMEN

El artículo trata de una educadora pernambucana que contribuyó significativamente al escenario educativo pernambucano en la década de 1950, participando en la formación de innumerables niños y jóvenes, fundando escuelas y actuando como docente y gestora en la educación primaria y secundaria. El objetivo fue escribir una biografía de Eglantine do Rêgo Barros, destacando su colaboración en la fundación del Colégio Estadual de Olinda. Apoyado teóricamente en los presupuestos de la Historia Cultural, el estudio elige la Historia Oral como metodología de investigación. Las fuentes orales fueron recolectadas a través de entrevistas con exprofesores, exfuncionarios y exalumnos del Colégio Estadual de Olinda, así como con la hermana de la biografada, luego se entrelazaron con fuentes documentales, como documentos escolares, reportajes periodísticos y documentos personales. Los resultados arrojaron que la biografada fue responsable de la fundación del primer establecimiento público de educación secundaria en la ciudad de Olinda, del cual fue directora. Como gerente del Colégio Estadual de Olinda, ganó protagonismo, pues el colegio se convirtió en un establecimiento reconocido por su calidad. La buena escolaridad pagada con recursos de su familia, que gozaba de prestigio social, y los contactos políticos que desarrolló, además de su dedicación y compromiso con la educación, fueron determinantes para que la biografada ganara respeto y reconocimiento en Pernambuco.



Palabras clave: História de la educación. Biografía. Educación de la mujer. Protagonismo femenino.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no campo da História da Educação e elege como objeto de estudo as memórias sobre Eglantine do Rêgo Barros, mais especificamente no tocante à sua contribuição para o cenário educacional de Olinda, Pernambuco, na década de 1950, quando se inicia o movimento para a fundação do primeiro estabelecimento público de ensino secundário do município.

FOTO 1 – Eglantine do Rêgo Barros



Fonte: Acervo da família Rêgo Barros.

Nascida no dia 23 de setembro de 1914, na Estrada do Matumba, número 13, no bairro de Beberibe, na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, Eglantine do Rêgo Barros era filha primogênita do casal José Vicente do Rêgo Barros e de Maria Elvira Vasconcellos do Rêgo Barros, membros de uma das mais tradicionais famílias pernambucanas. Considerando as boas condições econômicas da família, ela pôde se dedicar exclusivamente aos estudos, em boas escolas, galgando formação diferenciada à da maioria das mulheres de seu tempo. Afinal, na década de 1920-1930 a maior parte das moças, quando não eram analfabetas, apenas concluíam o ensino primário, pois ainda eram formadas para o casamento, incluindo as atividades do lar e o cuidado dos filhos; ou para o celibato mediante votos religiosos (SANTANA; FIALHO; MACHADO, 2020).



Durante a infância, Eglantine do Rêgo Barros estudou na Escola Santa Cristina (posteriormente denominada Colégio de Santa Cristina), fundada pelas Damas Cristãs em 1923, no município de Nazaré da Mata, na qual foi aluna-interna quando a família residia em Aliança. Após concluir os estudos, ingressou na Academia Santa Gertrudes, dirigida em Olinda pelas Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing (Alemanha), onde posteriormente tornou-se professora, como também noviça do convento dirigido pelas mesmas irmãs beneditinas, em prédio anexo à Academia (MARIA, 08/02/2011, entrevista).

No entanto, por volta de 1942, às vésperas de emitir os votos perpétuos, Eglantine do Rêgo Barros deixou o convento e retornou à casa dos familiares, onde fundou sua primeira escola, a Escola Santa Escolástica, com a oferta apenas de ensino primário. Na instituição, que funcionou por aproximadamente cinco anos, ela passou a exercer pela primeira vez o cargo de diretora. Além disso, nesse período, começou a cursar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde concluiu o curso de Pedagogia (MARIA, 08/02/2011, entrevista).

Questionou-se, contudo: Como uma moça de família abastada, educada para se tornar freira, envolveu-se com a defesa da educação pública e ganhou notoriedade em Olinda como profissional mulher, tornando-se referência no ensino secundário da cidade? Para responder a essa inquietação, desenvolveu-se uma pesquisa biográfica com o objetivo de conhecer a história de vida de Eglantine do Rêgo Barros com ênfase na sua colaboração para a fundação do Colégio Estadual de Olinda (CEO)⁴.

A partir da biografia de Eglantine do Rêgo Barros, mais especificamente no que concerne à sua trajetória profissional, destacam-se suas contribuições à expansão do ensino secundário em Pernambuco na

⁴ A instituição conservou o nome Colégio Estadual de Olinda até os primeiros meses de 2013 quando, por força da reforma do ensino médio na rede estadual de Pernambuco iniciada no governo Eduardo Campos, passou a ser denominada como Escola de Referência em Ensino Médio de Olinda. Contudo, em reconhecimento às contribuições de Églantine do Rêgo Barros para a educação pernambucana e particularmente para a criação e desenvolvimento do CEO, a instituição passou a ser chamada Escola de Referência de Ensino Médio de Olinda Professora Églantine do Rego Barros, conforme a Lei nº 16.263, de 19 de dezembro de 2017.



década de 1950. Essa delimitação temporal se justifica pelo fato de que foi nesse período que foram articuladas a fundação e inauguração do CEO. Eglantine do Rêgo Barros, falecida em 2000, ainda é lembrada em Olinda como “Dona Eglantine”, a “eterna diretora” do CEO (KARLA, 21/01/2011, entrevista).

A relevância desta pesquisa consiste no fato de que a biografia em tela proporciona a preservação das memórias de mulheres educadoras que contribuíram com o desenvolvimento da educação em seu contexto sócio-histórico, personagens protagonistas na História da Educação, mas que, muitas vezes, foram invisibilizadas como protagonistas da História (FIALHO; VASCONCELOS; SANTANA, 2015). Ademais, permite melhor compreender a História da Educação de Pernambuco, em especial o processo de expansão do ensino secundário, ao realizar análises que lançam luz ao individual na sua relação indissociável com o coletivo e, em decorrência, com as nuances políticas, sociais e culturais que perpassavam pelo ensino secundário na década de 1950.

Para melhor organização e compreensão, este artigo foi subdividido em cinco seções: a Introdução, que apresenta o campo da pesquisa, o objeto de estudo, a apresentação e delimitação da temática, o problema norteador, o objetivo central e a relevância do estudo; O fazer científico: escolhas teórico-metodológicas, que explicita a fundamentação teórica amparada na História Cultural, a metodologia apoiada na História Oral, bem como os detalhes da coleta dos dados e os aspectos éticos; Eglantine e o ensino secundário em Pernambuco: fios da memória, seção em que se elabora uma narrativa histórica sobre a fundação do CEO e as Considerações finais, que apontam que a notoriedade alcançada por Eglantine na sociedade olindense.

O FAZER CIENTÍFICO: ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este trabalho científico está fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural (BURKE, 2008), mais especificamente na corrente teórica disseminada pela terceira geração da Escola dos Annales,



que, segundo Xavier, Fialho e Vasconcelos (2018), possibilitou a ampliação da compreensão sobre fontes históricas, valorizando oralidades, documentos pessoais, fotografias e outros vestígios que contam a história dos seres humanos no tempo e no espaço – neste caso, de Eglantine do Rêgo Barros. Dessa maneira, permitiu-se desenvolver um estudo micro-histórico, que partiu da vida de uma mulher professora, com o escopo de entender sua trajetória profissional, destacando suas contribuições à expansão do ensino secundário em Pernambuco na década de 1950-1960. Ressalte-se que nesse contexto já se anunciavam intensas transformações sociais, culturais e políticas no nosso país. Assim, antevia-se fissuras no paradigma tradicional do que era “ser mulher”, desvelando entre outras questões, a participação feminina em novos espaços na vida pública, em particular na gestão de poder educacional, historicamente ocupada por homens, sobretudo no ensino médio, no que pese a histórica feminização do magistério. (MACHADO; NUNES; LACET, 2021).

Realizou-se uma pesquisa de caráter biográfico, considerando os pressupostos de Dosse (2015) para esse tipo de estudo, ou seja, elegeu-se a biografia hermenêutica, que desenvolve uma análise que valoriza as individualidades de Eglantine do Rêgo Barros na sua inter-relação com o contexto em que ela se insere. Afinal, conforme destaca Ferrarotti (1988), a biografada age influenciada por seu contexto, ao mesmo tempo que é sujeito de escolhas e se torna produtora no seu meio. De tal modo, torna-se relevante compreender as tensões e problematizar as relações individuais e coletivas que envolvem a vida profissional da biografada.

O fazer biográfico, dessa maneira, tem permitido perceber mulheres como sujeitos na História (ALMEIDA, 2012), inclusive estudos dessa natureza têm se fortalecido e vêm galgando valorização nas últimas décadas, conquistando espaços em diversos periódicos de prestígio, a exemplo das biografias das educadoras: Clemilde Pereira (SABINO; MACHADO; NEVES, 2021), Célia Goiana (FIALHO; CARVALHO, 2017), Henriqueta Galeno (FIALHO; SÁ, 2018), Maria Neli Sobreira (FIALHO; QUEIROZ, 2018), Maria Luiza Fontenele (FIALHO; FREIRE, 2018), Aída Balaio (FIALHO; LIMA; QUEIROZ, 2019), Argentina



Pereira Gomes (MENDES; FIALHO; MACHADO, 2019), Rosa Maria Barros Ribeiro (FIALHO; SOUSA; DÍAZ, 2020), Raquel Dias Araújo (FIALHO; SANTOS; FREIRE, 2020), Josete Sales (FIALHO; SOUSA; NASCIMENTO, 2020), Maria Zelma de Araújo Madeira (FIALHO; HERNÁNDEZ DÍAZ, 2020), Iolanda dos Santos Mendonça (MENDES *et al.*, 2020), Maria Helena da Silva (FIALHO; CARVALHO; NASCIMENTO, 2021), Helena Potiguara (PEREIRA; SOUSA; FIALHO, 2021), Ana Carolina Costa Pereira (OLIVEIRA; SOUSA; FIALHO, 2021), Irmã Maria Montenegro (CARVALHO; FIALHO; LIMA, 2021) e Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga (FIALHO; COSTA; LEITE, 2022). O congruente nessas pesquisas é a visibilidade lançada para mulheres professoras e a consecutiva valorização da atuação feminina no protagonismo da história.

Ferreira (1996) destaca, entre outros aspectos, que a biografia revalorizou a análise qualitativa, pois resgatou-se a importância das experiências individuais e deslocou-se o interesse para as redes, para as situações vividas, sem perder de vista as situações singulares. Além disso, as transformações nos estudos históricos, sobretudo com a elaboração de uma História das Memórias e do estabelecimento do campo da História do Tempo Presente (ALBERTI, 2010), possibilitaram uma maior abertura para a História Oral, ao neutralizar as tradicionais críticas que essa metodologia sofria no campo da História quando se desenvolviam hagiografias, histórias de vida heroicas, sem explorar as imperfeições do humano e considerar os filtros do entrevistador e entrevistado, que não permitem uma narrativa neutra. Ferreira (1996, p. 16) acrescenta que, ao “[...] reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputadas podem ser encaradas de uma nova maneira”, como uma fonte adicional para a pesquisa ou como problemas a serem trabalhados (FENELON, 1996).

Assim, cuidando para não cair na ilusão biográfica há muito assinalada por Bourdieu (1985), importa mencionar a compreensão de que este trabalho não apresenta um “retrato” do passado, pois a memória é viva e seletiva, e não um depósito captável em sua integridade (MEIHY, 2007). Essa interpretação não anula a capacidade da biografia de ampliar o



conhecimento sobre o que se passou, sobre o vivido, pois “[...] biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral, documentos pessoais, enfim, mostram o que é possível em determinada sociedade ou grupo, sem esgotar, evidentemente, todas as possibilidades sociais” (ALBERTI, 2004, p. 23).

As fontes orais foram coletadas mediante entrevistas semiestruturadas com quatro pessoas que tiveram contato estreito com a biografada: Maria, a irmã de Dona Eglantine; João, um ex-professor que também foi ex-aluno do CEO; Karla, uma ex-professora que também foi ex-funcionária do CEO (mãe e irmã de ex-alunos da instituição); e Lina, uma ex-aluna da primeira turma do colegial pedagógico e ex-funcionária. Todos concordaram em participar da pesquisa e, antes mesmo do início da entrevista, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foram explicados o objetivo da pesquisa, os possíveis riscos, a forma de divulgação dos resultados do estudo, a possibilidade de desistência a qualquer momento sem qualquer prejuízo e a preservação do anonimato. Em consequência do último aspecto, os nomes dos entrevistados são fictícios.

Além das entrevistas realizadas (entre janeiro e outubro de 2011, com duração média de uma hora cada), recorreu-se também a documentos escritos encontrados nos arquivos pessoais da família Rêgo Barros e de outros sujeitos entrevistados, no arquivo escolar do CEO e no Arquivo Público de Olinda, pois a História Oral não exclui a utilização de outras fontes. Como afirma Alberti (2010, p. 187):

Na análise de entrevistas de História oral, deve-se ter em mente também outras fontes – primárias e secundárias; orais, textuais, iconográficas etc. – sobre o assunto estudado [...]. [Porque] pode ser muito interessante comparar o que dizem as entrevistas com outros documentos de arquivo, pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo no grupo.

O entrecruzamento entre fontes orais e documentais possibilitou não apenas uma narrativa com maior número de detalhes, mas também mais fiel aos acontecimentos, como será possível constatar na seção que trata das



memórias acerca das contribuições de Eglantine para a educação pernambucana.

EGLANTINE E O ENSINO SECUNDÁRIO EM PERNAMBUCO: FIOS DA MEMÓRIA

Ainda que a atividade profissional de Eglantine tenha iniciado na Escola Santa Escolástica em 1942, como diretora do ensino primário em instituição privada própria, ela foi aprovada em concurso público para professora da rede estadual de ensino em 1947, após a conclusão da sua licenciatura em Pedagogia. Como professora efetiva, foi designada para assumir a Campanha de Ação Social dos Excepcionais, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco. Todavia, foi no âmbito da expansão do ensino médio em Olinda, entre as décadas de 1950 e 1960, que seu nome começou a se tornar conhecido (MENEZES, 2015).

Para compreender sua ação no panorama do ensino médio no Brasil nesse período e, mais especificamente, em Pernambuco, faz-se importante retomar o contexto político-educacional da primeira década da segunda metade do século XX.

Nos anos 1950 e 1960, marcados pela expansão urbano-industrial do país e pelo desenvolvimentismo, especialmente no governo Kubitschek (1956-1961), aumentaram as pressões das populações urbanas, com destaque para as classes médias e operárias, à conquista do ensino secundário. Essa reivindicação recaía sobre os líderes políticos populistas do país, obrigando-os, segundo Nunes (2000), a transformar a abertura de ginásios públicos em bandeiras de luta nas câmaras estaduais e municipais.

Nunes (2000, p. 45) acrescenta que a demanda escolar pelo ensino secundário era devido ao maior prestígio que essa etapa da escolarização representava como degrau de ascensão social, pois era destinado “[...] às individualidades condutoras”. Como preconizava a Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1942), no seu artigo 1º, que tratava das finalidades do ensino secundário:



1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência [sic] patriótica e a consciência [sic] humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Dessa maneira, Corrêa e Barreto (2017); Medeiros Neta e Lima (2020) e Viegas (2020) assinalam que o ensino secundário, restrito a poucos, era considerado como principal agência de preparo para a formação dos jovens ao proporcionar uma série de atividades em empregos e serviços, o melhor caminho de acesso ao ensino superior e uma instância que exigia poucos investimentos financeiros do Estado (NUNES, 2000). Destaca-se ainda que a consciência patriótica e humanística era fomentada nos moldes ditatoriais, para os quais se valorizam a obediência e o disciplinamento, em detrimento da formação crítica e reflexiva.

Em Pernambuco, a situação não era diferente à do resto do Brasil quanto às pressões por expansão da escola média pública e quanto à preferência pelo ensino secundário. No entanto, a criação de novas escolas no estado foi se dando muito lentamente e, mesmo assim, com um forte predomínio da iniciativa privada. De acordo com Barroso Filho (2008), o marco simbólico do início da expansão do ensino público secundário no estado de Pernambuco foi o ano de 1949, quando começaram a funcionar as primeiras turmas noturnas do Ginásio Pernambucano (posteriormente denominado Colégio Estadual de Pernambuco).

No entanto, apenas na década de 1950 é que finalmente foi inaugurado um ginásio público fora da capital, o Ginásio Estadual de Jaboatão (município vizinho ao Recife), fundado em 1954. No ano seguinte, em 1955, o Ginásio Pernambucano (GP) passou a funcionar também no turno da tarde, oferecendo exclusivamente turmas femininas nesse horário. Até então, o GP tinha frequência exclusiva masculina, como destaca Barroso Filho (2008).

Essa década também foi marcada pelo surgimento dos primeiros ginásios públicos nos subúrbios do Recife, como o Ginásio Estadual de Beberibe, cuja primeira diretora foi Eglantine, a biografada em tela,



apontada também como uma das responsáveis pela sua criação, e o Ginásio Dom Vital, no bairro de Casa Amarela, ambos fundados em 1955. Porém, antes da criação desses dois ginásios públicos já havia começado seu envolvimento na ampliação de oferta de estabelecimentos de ensino secundário em Pernambuco, mais especificamente em Olinda, pois as escolas públicas não existiam em número suficiente para atender à demanda da população. Assim, junto com outros educadores, participou da criação do Ginásio Olindense Dom Vital (posteriormente Colégio Comercial e Ginásio Olindense Dom Vital), instituição privada que recebeu autorização de funcionamento em 1954 (MENEZES, 2015).

Aproximadamente na mesma época em que estava envolvida com a criação do Ginásio Olindense Dom Vital, Eglantine trabalhava como diretora no Grupo Escolar Pedro Celso (escola pública de educação primária), no bairro de Beberibe. Em 1955, no prédio desse estabelecimento de ensino foi instalado, ainda de maneira precária, o primeiro ginásio público situado em um subúrbio recifense, o Ginásio Estadual de Beberibe (MENEZES, 2015). Afinal, como ressalta Barroso Filho (2008), até então, a capital de Pernambuco contava apenas com o GP e o Instituto de Educação, as instituições modelares do estado, ambas instaladas no centro do Recife.

No relato oral de Maria (08/02/2011, entrevista), Eglantine é apresentada como uma das responsáveis pela criação do Ginásio Estadual de Beberibe e da posterior construção de uma sede própria para a sua instalação, feitos alcançados a partir de seus contatos políticos, entre eles o então secretário de educação do estado de Pernambuco, Aderbal Jurema⁵:

No Pedro Celso, em Beberibe, na Rua Uriel de Holanda [...]. Ela [Eglantine] batalhou por esse curso [o ginasial]. Era uma casa antiga. Ela conseguiu fazer um prédio, num terreno, aí construíram tudinho de novo. [...] Aí ela pediu ao governador (não sei), ao prefeito, a quem foi, e eles construíram um prédio novo. [...] Aí ela passou para esse prédio novo [...], porque ela pediu também para construir.

⁵ Aderbal Jurema foi secretário de 1952 a 1958, nos governos de Etelvino Lins e de Cordeiro de Farias.



Quem botou ela foi Aderbal Jurema, [que] era secretário de educação na época (MARIA, 08/02/2011, entrevista).

Em documento, manuscrito assinado por Eglantine, datado de 1958 e intitulado de “Reportagem”, encontrado no acervo da família Rêgo Barros, a educadora anuncia a construção de um edifício próprio para instalar o Ginásio Estadual de Beberibe, além de evidenciar a precariedade do funcionamento da instituição:

O Governador do Estado acaba de anunciar mensagem à Assembléia solicitando a abertura do crédito de CR\$ 1.500.000,00 para compra do terreno que se destina à sede própria do Ginásio Estadual de Beberibe, que funciona a título precário, no Grupo Escolar ‘Pedro Celso’. Como todos sabem, o Ginásio Estadual de Beberibe é o primeiro Ginásio da Capital que aparece quase no Centenário do Tradicional Colégio Estadual de Pernambuco, num dos subúrbios mais populosos e de gente mais humilde [...]. Funciona com dois horários diferentes para atender às necessidades dos que trabalham. O primeiro turno começa às 17.30 e termina às 21.30 e o segundo inicia às 19hs, prolongando-se até as 22.30 em algumas classes, cujo número de matérias e de aulas assim o exige (RÊGO BARROS, 1958, p. 1-2).

A precária instalação de novas instituições públicas de educação secundária, como o Ginásio Estadual de Beberibe e o Ginásio Dom Vital de Casa Amarela, iniciados em prédios de grupos escolares ociosos à noite, era uma situação comum em Pernambuco na época (BARROSO FILHO, 2008), sendo um recurso utilizado pelo governo estadual para aumentar o número de vagas no ensino secundário sem a construção de novos edifícios (SOUZA; LIMA, 2016).

Além disso, outro aspecto registrado no mesmo documento são as preocupações de Eglantine com uma educação secundária que, de fato, atendesse aos interesses da população dos subúrbios, como ela frisou ao se referir ao bairro de Beberibe no início de seu manuscrito.

A nossa maior preocupação é tornar a educação democrata, no verdadeiro conceito de adaptá-la aos interesses dos alunos e da comunidade local. [...] Como Diretora do Ginásio, desde a sua fundação, tenho tido apenas satisfação com todos que me ajudam na realização da educação integral da juventude e do povo de Beberibe (RÊGO BARROS, 1958, p. 3-4).



No entanto, em 1960, pouco tempo depois da transferência do Colégio Estadual de Beberibe para a sua sede própria, Eglantine deixa a instituição, pois considera mais importante investir na luta pela ampliação da oferta do ensino secundário com vistas à maior democratização da educação nas periferias. Dessa maneira, no mesmo ano que se afastava do Colégio Estadual de Beberibe, já estava envolvida com a fundação da instituição que viria a ser a pioneira na oferta de ensino secundário público no município de Olinda, o Ginásio Estadual de Olinda, também instalado inicialmente de maneira precária nas dependências do Grupo Escolar Duarte Coelho, da rede municipal de ensino de Olinda, com atividades em dois turnos, o vespertino e o noturno (MENEZES, 2015).

Na ocasião, Olinda se encontrava diante das contradições gestadas entre a sua decadência socioeconômica e a euforia desenvolvimentista que ainda tomava conta do país. O município tinha, então, à frente da prefeitura Barreto Guimarães⁶, que, tentava contornar os anseios da população por educação secundária, ao tempo que buscava desenvolvimento econômico para o município (OLINDA, 1961).

Eglantine, que era amiga e afilhada política de Barreto Guimarães, foi uma das responsáveis por sugerir a criação dessa escola secundária pública em Olinda.

A gente foi morar em Olinda. Deram o Estadual para ela fazer: Barreto Guimarães (sabe quem é?), o secretário. Como era o nome dele? Que botou ela. Qual foi? Aquele, Jurema, lá da Secretaria de Educação. Aderbal Jurema era secretário de educação na época. [...] Ela, como era já diretora do Pedro Celso, aí veio para cá, para Olinda [...]. Barreto tinha muito prestígio também com o governador, ajudou, mas foi ela que pediu a fundação do Estadual de Olinda. [...] Foi tudo por intermédio dela (MARIA, 08/02/2011, entrevista).

Ainda que tenha participado ativamente da sua fundação, os documentos escolares arquivados e os documentos pessoais de um dos

⁶ José Antônio Barreto Guimarães foi prefeito de Olinda no período de 1959 a 1963. Foi um político de relevo no cenário pernambucano da década de 1950 ao início dos anos 1980, sendo secretário de estado no governo Cid Sampaio, secretário de Educação no Governo de Nilo Coelho, Vice-governador do estado na gestão de Eraldo Gueiros, deputado estadual pelo partido Arena e conselheiro do Tribunal de Contas do estado de Pernambuco.



entrevistados (João, 2011) apontaram indícios de que, nos primeiros meses de funcionamento do CEO, Eglantine ainda não ocupava o cargo de diretora, mas apenas o de professora de português, talvez por ainda estar envolvida na gestão do Estadual de Beberibe. Contudo, sua presença no CEO foi tão marcante que, nas memórias dos que compartilharam a gênese da instituição, a presença de Eglantine como primeira diretora é uma constante.

Em 1960 foi inaugurado o Colégio Estadual de Olinda, [...] então meus irmãos vinham estudar aqui. Dona Eglantine já era diretora, já entrou como diretora, e era aquela diretora que mandava alguém levar aluno em casa, porque meu irmão ia para a praia beber, e ela mandava alguém atrás dele, depois mandava me chamar. E aí ela era esse tipo de diretora (KARLA, 21/01/2011, entrevista).

Mas, graças a Deus, apareceu o Colégio Estadual de Olinda no meu caminho, pegando quem estava na rua para estudar. Era assim mesmo, para poder formar a primeira turma. Eles convidavam: 'Venha estudar, venham! Entre aqui!'. Era Dona Eglantine [quem convidava]. Excelente diretora. Muito exigente, mas excelente diretora. Tinha aquela brabeza dela, mas era uma pessoa que fazia tudo correto. O colégio se tornou um dos grandes colégios de Pernambuco graças a ela (JOÃO, 21/01/2011, entrevista).

Esses relatos orais corroboram os ensinamentos de Almeida (2012), quando a autora destaca que a trajetória biográfica de uma personagem pode se confundir com a de uma instituição ou lugar. Nesse sentido, as memórias dos sujeitos entrevistados tanto se referem à trajetória de Eglantine quanto se referem à trajetória do CEO, apresentando-as imbricadas em suas falas.

Além disso, importa observar que os relatos orais permitiram vislumbrar algumas facetas da educadora, pois, se, por um lado, apontaram para uma grande rigidez de Eglantine como diretora do Colégio Estadual de Olinda, por outro lado, todos os sujeitos entrevistados foram unânimes em afirmar que ela procurava ajudar os alunos menos favorecidos socialmente, estimulando-os no prosseguimento dos estudos.

Embora muito exigente com o corpo docente, funcionários e alunos, também não se esquivava de defender os interesses da escola e dos professores, mesmo contrariando as determinações da Secretaria de



Educação do Estado. A ousadia em se contrapor, por vezes, a algumas resoluções da Secretaria de Educação ou da Diretoria Regional de Ensino (DERE) justificava-se, segundo João (21/01/2011, entrevista, grifos nossos), por suas fortes relações políticas, como relata:

[...] Ela tinha muita cobertura política. Os partidários dela sempre estavam em evidência. Então, ela podia dizer como ela dizia lá na DERE: 'O **meu** colégio'. Ela não dizia o Estadual de Olinda, não! 'Na **minha** escola, eu não vou fazer isso'. Ela, sendo diretora, a DERE é superior ao colégio, é quem manda no colégio, mas ela dizia: 'Na **minha** escola, eu não faço isso', e não fazia mesmo, não, porque ela dizia aos secretários de educação, ao governo, ao vice-governador, que ela tinha as 'costas quentes', como o povo diz. [...] Eu me lembro em reunião, agora eu não sei o que foi, mas ela se levantou na reunião dos diretores e disse: 'Isso aí eles vão fazer em outras escolas, mas lá no Estadual de Olinda, que é a **minha** escola, eu não vou fazer, não. Vou fazer diferente, porque eu estou achando que isso é errado'. [...] Eglantine era fogo, porque ela, como administradora do Estadual, não teve igual, nem vai ter, nem vai ter! Porque hoje ninguém tem a regalia, os poderes, os direitos que ela possuía. [...] Ninguém tocava em Eglantine, ninguém. O vice-governador [Barreto Guimarães] era padrinho dela.

Os grifos dos pronomes possessivos permitem perceber a relação que Eglantine possuía com as escolas que ajudava a fundar, pois, ainda que instituições públicas fossem inseridas em regras municipais ou estaduais, ela as geria como se fosse a dona da instituição. Essa postura gerava uma contradição: ao tempo que se dedicava fortemente para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem e para oferecer uma estrutura física digna aos alunos e profissionais, lutando por uma educação de qualidade para as pessoas menos favorecidas economicamente, ela exercia sua gestão de maneira autoritária, com centralidade decisória e pulso firme.

Essa dualidade, considerando as décadas de 1950 e 1960, quando ainda não havia a compreensão de gestão participativa, colegiada e democrática, era bem-vista pela comunidade escolar; a propósito, Eglantine conseguia trazer a escola para o bairro, mobilizar os jovens para estudar, empregava professores e ainda conseguia ofertar uma educação boa para os padrões da época.

As alianças políticas que ela conquistou decorreram de dois aspectos fundamentais: ser descendente de família de elite com prestígio



socioeconômico, que, inclusive, conseguiu apadrinhá-la com o vice-governador (Barreto Guimarães); e ter conhecimento e competência para liderar pessoas e conseguir fazer com que as escolas por ela geridas ganhassem prestígio com a fama de boas instituições educacionais. Tais relações permitiram que Eglantine agisse de maneira destemida, tivesse acesso aos gestores municipais e estaduais e conseguisse se fazer recebida, ouvida e atendida em suas reivindicações. Afinal, além de politicamente não ser interessante desapontar a filha de Rêgo Barros, suas atividades educacionais eram revertidas em votos para que permanecessem no poder local.

Ativa e determinada em lutar pelo que considerava importante para o desenvolvimento dos colégios por onde passava, conseguiu tornar o CEO uma instituição de educação de excelência, reconhecida pela sociedade olindense, como explicita Lina (21/10/2011, entrevista):

Porque eu acho que [...] foi a luta dela, foi o compromisso dela de responsabilidade de fazer essa escola [o CEO] nascer... dessa escola ser fundada. Foi isso o que contribuiu para que todo o político, desde Paulo Pessoa Guerra até o Marcos Maciel, a recebesse em qualquer lugar onde estivesse.

Essas alianças provavelmente favoreceram a conquista de algumas aspirações de Eglantine para o CEO, uma delas foi a autorização para iniciar o ciclo colegial em 1965, poucos anos após a criação da instituição, o que elevou a escola à categoria de colégio, mesmo com a precariedade das instalações físicas e da inexistência de corpo docente para essa especificidade até então. No arquivo escolar, registro datado de 1965 indicava que, dos 15 professores remunerados pelo Plano Nacional de Educação, apenas três tinham registro e apenas oito tinham autorização para lecionar (CEO, 1965).

Outra conquista pessoal de Eglantine foi a criação do curso Colegial Pedagógico em 1966, primeira iniciativa na rede pública no município de Olinda para a formação de professoras para atuar no ensino primário. A fundação desse curso, de acordo com ofício localizado no arquivo escolar



do CEO (Ofício nº 1/66), deu-se mediante solicitação direta da diretora ao secretário de educação e cultura do estado, a qual foi prontamente atendida. Esse curso pedagógico se tornou o maior motivo de orgulho para Eglantine. Como afirma Lina (08/10/2011, entrevista): “Ela tinha muito zelo e muito respeito pelo curso de magistério. Ela tinha respeito às alunas: minhas futuras colegas, minhas professoras, minhas alunas, meu colégio”.

Sua gestão no CEO, contudo, também foi marcada por algumas questões polêmicas e até contraditórias, diante do seu protagonismo no processo de expansão do ensino secundário em Pernambuco, como as críticas ao processo de matrícula de novos alunos na instituição, considerado seletivo e elitizante, especialmente após a transferência em 1966 para a sede própria, um edifício moderno e bem equipado para a época, cuja inauguração solene foi noticiada nos principais jornais pernambucanos. Sobre esse processo da matrícula, João (21/01/2011, entrevista) revela o seguinte:

Veja como entrava: com a carta do vereador. Outro entrava com o apoio de um professor. [...] Eu não sei se isso era legal no colégio, assim, que ele fazia aquela escolha, aquela seleção. [...] Muita gente que hoje vem estudar... se fosse no tempo de Eglantine, não entrava no colégio. Entrava nada! [...] Era aluno pré-escolhido, os alunos quase tudo escolhido. [...]. Os pais reclamavam. Diziam que entrar no Colégio Estadual de Olinda era quase acertar no milhar no jogo de bicho. [...] Por muitos anos, foi feito assim [...]. Eram pessoas indicadas por políticos, indicadas por conhecidos, então dificilmente vinha uma pessoa ruim. Só mandavam pessoas boas para cá. Então, o colégio parecia colégio particular. [...] O Estadual era um colégio de elite, não era, não? Era um colégio elitizado. Um colégio de elite. Hoje... não devia ser tanto nem quanto, pobre também tem o direito de entrar, mas as pessoas pobres que entravam no colégio eram escolhidas, eram indicadas por professores que conheciam a família. Era família pobre, mas família direita.

A partir das memórias de João (21/01/2011, entrevista) percebe-se que Eglantine, que tanto se envolveu no movimento para democratizar o acesso ao ensino secundário através da expansão dos ginásios públicos em direção aos subúrbios, a fim de atender ao alunado de origem social menos favorecida, contraditoriamente foi instituindo no CEO (à medida que o colégio foi se estruturando e se tornando uma instituição de prestígio em



Olinda) um processo de matrícula elitista, marcado por práticas excludentes como o clientelismo e o apadrinhamento, que contribuíram para a seletividade do corpo discente. Assim, muitas vezes para conseguir uma vaga, os alunos menos abastados precisavam possuir contatos que lhes concedessem uma indicação.

Desse modo, o CEO acaba por refletir os embates que marcaram a expansão do ensino secundário em Pernambuco, com uma parcela da população buscando manter esse tipo de ensino como um privilégio de classe e com a outra parcela aspirando a ele ter acesso (BARROSO FILHO, 2008). Convém lembrar que até as primeiras décadas do século XX o ensino secundário era destinado às elites condutoras da nação, às minorias privilegiadas da população (ROMANELLI, 2005).

Ainda sobre o processo de matrícula do CEO, destaca-se que os relatos orais também permitiram interpretar o atendimento que Eglantine fazia às cartas de solicitação de matrícula enviadas por políticos ou outras autoridades sob outro ponto de vista: de concordância com a troca de favores, por considerar que era uma maneira interessante de obter benefícios que ajudassem a desenvolver o colégio e a melhorar suas condições de funcionamento. Ao tempo que os políticos locais exigiam que seus pedidos de apadrinhamento fossem atendidos, eles atendiam às solicitações da biografada:

Dona Eglantine aceitava [as cartas], mas com o pé atrás. Às vezes, eram pessoas que futuramente poderiam ajudar o colégio, e eu acho que era isso que levava muitos a serem aceitos. Geralmente esses políticos poderiam ajudar o colégio de alguma maneira. Às vezes, consertando um buraco na rua; às vezes, aumentando a frequência da coleta do lixo que ficava nos fundos da escola. Coisas assim, que, com a interferência daquele político que já tinha pedido um favor, uma matrícula, ajudava a solucionar o pedido da gente (LINA, 08/10/2011, entrevista).

Como se pode observar, as narrativas de Lina e João são congruentes ao afirmarem a existência de troca de favores políticos por vaga na escola secundária dirigida por Eglantine, já que ela conseguiu tornar o CEO um colégio de referência na cidade e estudar nesse estabelecimento era



motivo de orgulho para as famílias. João narra esse acontecimento de forma mais problematizadora, já Lina o faz de forma mais condescendente com a postura da biografada, no entanto ambos relataram que essa atividade era corriqueira no colégio e sempre passava pelo crivo da biografada.

Constata-se, contudo, que o reconhecimento social da educadora Eglantine não foi determinado somente pela sua luta em prol da ampliação da oferta do ensino secundário em Pernambuco ou da sua capacidade de fundar e gerir escolas, mas especialmente em consequência da sua gestão à frente do CEO, o que lhe conferiu um lugar de visibilidade e poder, já que deliberava sobre quem poderia frequentar o secundário nessa instituição. Além disso, sua origem familiar privilegiada e seus contatos políticos também contribuíram para que a educadora galgasse notoriedade em Olinda como profissional mulher de referência no ensino secundário da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo questionou como a professora Eglantine do Rêgo Barros conseguiu se tornar referência no ensino secundário da cidade de Olinda na década de 1950, quando a maioria das mulheres de famílias de elite ainda estavam no reduto doméstico, cuidando dos filhos e marido ou inserindo-se em atividades consideradas a extensão do lar, como professoras primárias ou como enfermeiras e auxiliares dos homens. Em decorrência dessa inquietação, desenvolveu-se uma pesquisa inserida no campo da História da Educação com o objetivo de biografar Eglantine do Rêgo Barros, com ênfase na sua colaboração para a fundação do CEO.

O artigo tratou da atuação profissional de uma mulher pernambucana que colaborou sobremaneira para o cenário educacional pernambucano na década de 1950, ao participar da formação de inúmeras crianças e jovens, por meio das atividades de professora e gestora, que fundou escolas ampliando a oferta do secundário e curso de magistério para a formação docente. Deu-se destaque, contudo, à sua atuação na fundação e gestão do CEO, para compreender melhor quais tensões e deslocamentos lhe proporcionaram visibilidade social.



A História Oral adotada como metodologia possibilitou entrecruzar relatos (de parentes, colegas de trabalho, alunos e funcionários do CEO) com documentos escolares e pessoais. Essas fontes foram capazes de subsidiar uma narrativa biográfica que evidenciou a trajetória profissional de Eglantine, ressaltando as contribuições dessa educadora para a expansão do ensino médio em Pernambuco, sem, com efeito, almejar constituir uma história heroica ou inquestionável.

Constatou-se que a educadora biografada quase seguia a vida religiosa, influenciada pela educação mariana vivenciada na Academia Santa Gertrudes, administrada pelas Irmãs Beneditinas Missionárias. No entanto, próximo dos seus votos, resolveu dedicar-se exclusivamente à educação. Fundou a escola primária privada Santa Escolástica, na qual passou cinco anos na gestão, ao tempo que cursava Pedagogia, sendo, em seguida, aprovada em concurso público da rede estadual de ensino, em 1947. Após a conclusão da sua licenciatura em Pedagogia, na condição de diretora no Grupo Escolar Pedro Celso de educação primária, colaborou enfaticamente para a fundação dos primeiros ginásios públicos nos subúrbios do Recife, o Ginásio Estadual de Beberibe, no qual foi a primeira diretora, e o Ginásio Dom Vital.

Ainda que seu protagonismo na democratização do ensino secundário tenha sido relevante, foi sua colaboração para a fundação do CEO e sua atuação como gestora nessa instituição que lhe renderam maior visibilidade social. Isso porque o colégio se tornou referência no ensino secundário em Olinda, sendo um espaço cobiçado pelas famílias olindenses de prestígio para a educação de seus filhos. Dessa maneira, além de sua competência como gestora ser reconhecida e respeitada, ela gozava de boas articulações políticas, fortalecidas mediante trocas de favores, que lhe conferiam poder decisório sobre o ingresso de alunos no CEO.

Proveniente de família abastada e apadrinhada pelo vice-governador, sua formação educacional e seu trânsito político foram facilitados, todavia esses aspectos não ofuscam as importantes contribuições de Eglantine, personagem que dedicou sua vida à educação



pernambucana. Alerta-se que a preservação da história e memória de mulheres que colaboraram para a História da Educação se faz urgente, especialmente porque as pesquisas biográficas não podem ser generalizadas. Sugere-se que os próximos estudos se dediquem à história das instituições mencionadas neste estudo, tão relevantes à historiografia da educação de Pernambuco, sem secundarizar o trabalho feminino, por vezes relegado ao esquecimento e sem deixar de questionar as contradições presentes no processo de democratização do ensino secundário no estado.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, G. M. A. **Mulheres beletristas e educadoras**: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935. 2012. 356 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BARROSO FILHO, G. **Memórias escolares do Recife**: o Ginásio Pernambucano nos anos 1950. Olinda: Livro Rápido, 2008.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 62-63, p. 69-72, 1986.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 10 abr. 1942.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, S. O. C.; FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S. Irmã Maria Montenegro como gestora escolar: da escolarização elitista à educação dos pobres no Ceará (1969-1987). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 43, n. 1, e55406, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/55406>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- CORRÊA, P. S. A.; BARRETO, B. S. Exigências para o exercício do ofício de mestre nos grupos escolares no Brasil no contexto da ditadura militar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 104-123, 2017. DOI: 10.25053/edufor.v2i4.1931. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/126>. Acesso em: 21 abr. 2022.



DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2015.

FENELON, D. R. O papel da História Oral na historiografia moderna. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 23-32.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988. p. 17-34.

FERREIRA, M. M. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C. História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 22, p. 137-157, 2017. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/992>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C.; NASCIMENTO, L. B. S. Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em Pedagogia em tempos de ditadura (1966-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, p. 320-341, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/articloe/view/14922>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; COSTA, M. A. A.; LEITE, H. O. Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga: trajetória educativa e formação para a docência (1970-2015). **Momento**: Diálogos em Educação, Rio Grande, v. 31, n. 1, p. 203-227, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13775. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13775>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; FREIRE, V. C. C. Educação formativa de uma líder política cearense: Maria Luiza Fontenele (1950-1965). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 17, p. 343-364, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43290>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. Maria Zelma de Araújo Madeira: memórias de formação e resistências da docente universitária negra. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, p. 775-796, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/26441/24288>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S.; QUEIROZ, Z. F. Biografia de Aída Balaio: prestígio social de uma educadora negra. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 23, p. 48-67, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>. Acesso em: 10 abr. 2022.



FIALHO, L. M. F.; QUEIROZ, Z. F. Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, p. 67-84, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000400067&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; SÁ, E. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: a biografia de uma literata e feminista (1887-1964). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, p. 169-188, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/75182>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; SANTOS, H. F.; FREIRE, V. C. C. Biografia da professora Raquel Dias Araújo: um olhar sobre a docência universitária e a militância política. **History of Education in Latin America**, Natal, v. 3, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20562/12765>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A.; NASCIMENTO, L. B. S. Biografia da educadora Josete Sales: reflexos da formação de professoras no Ceará. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23790>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, N. M. C.; DÍAZ, J. M. H. Rosa Maria Barros Ribeiro: memórias da trajetória formativa para docência. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, p. 371-387, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/download/3083/1356>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, J. R. (org.). **Biografia de mulheres**. Fortaleza: UECE, 2015.

LANG, A. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

MACHADO, C. J. dos S; NUNES, M. L da S; LACET, J. A. L. **Maria Camélia Pessoa da Costa**: educação como missão de vida. Fortaleza: Editora EDUECE, 2021.

MEDEIROS NETA, O. M.; LIMA, A. C. S. História e memória: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985). **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, e020115, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1435. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1435>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MEIHY, J. C. S. B. História Oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo. n. 1, p. 13-20, 2007. Disponível em:



https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%201_0.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, M. C. F. *et al.* Iolanda dos Santos Mendonça: a participação das mulheres em movimentos indígenas (1970-2000). **Cambios y Permanencias**, Bucaramanga, v. 11, p. 828-853, 2020. Disponível em: <https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/11094>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, M. C. F.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Argentina Pereira Gomes: disseminação de -inovações- didáticas na educação primária na década de 1930. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, p. 527-550, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/24959/23519>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENEZES, C. S. **Colégio Estadual de Olinda: a educação secundária no município de Olinda/PE (1960-1997)**. 2015. 296f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba/PB, 2015.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 35-60, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. N.; SOUSA, F. G. A.; FIALHO, L. M. F. Protagonismo de Ana Carolina Costa Pereira no campo da educação matemática. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 33, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/download/4912/2218>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PEREIRA, A. S. M.; SOUSA, A. C. B.; FIALHO, L. M. F. Helena Potiguara: biografia da educadora indígena (1954-2009). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1386-1403, 2021. DOI: 10.21723/riaae.v16iesp.3.15288. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15288>. Acesso em: 16 dez. 2021.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SABINO, R. N; MACHADO, C. J. dos S; NEVES, V. N. S. Clemilde Pereira e o pioneirismo feminino na Academia Paraibana de Letras (1978- 1984). **History of Education in Latin America**, Natal, v. 4, p. 02-13, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/index/histela/article/view/25628>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTANA, A. M. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. *Jornal Formação como meio de atuação do Centro Estudantil Campinense (1936/1953)*. **História & Ensino**, Londrina, v. 26, p. 304-331, 2020. Disponível em:



<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33433>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SOUZA, S. T.; LIMA, G. A. P. Escolas polivalentes na ditadura civil-militar: marco no modelo de ensino profissionalizante ou instrumentos de propaganda do regime? O processo de implantação do polivalente de Ituiutaba-MG (1974-1985).

Educação & Formação, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 72-88, 2016. DOI:

10.25053/edufor.v1i2.1892. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/101>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VIEGAS, D. H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-23, 2020. Disponível em:

<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6044/5296>. Acesso em: 28 abr. 2022.

XAVIER, A. R.; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G. **História, memória e educação**: aspectos conceituais e teórico-metodológicos. Fortaleza: UECE, 2018.

Fontes escritas

CEO. **Ofício nº 1/66**. Solicitação de criação do Colégio Normal nas dependências do Colégio Estadual de Olinda. 1966.

CEO. **Relação de professores efetivos e contratados**. 1965.

OLINDA. **Dois anos de trabalho, dois anos de moralidade administrativa, dois anos de progresso**: 2º aniversário da administração Barreto Guimarães. 1961.

RÊGO BARROS, E. **Reportagem**. Manuscrito, 1958.

Fontes orais

JOÃO. **Entrevista concedida a (retirado para preservar anonimato) em 21 de janeiro de 2011**. Pernambuco, 2011.

KARLA. **Entrevista concedida a (retirado para preservar anonimato) em 21 de janeiro de 2011**. Pernambuco, 2011.

LINA. **Entrevista concedida a (retirado para preservar anonimato) em 08 de outubro de 2011**. Pernambuco, 2011.

MARIA. **Entrevista concedida a (retirado para preservar anonimato) em 08 de fevereiro de 2011**. Pernambuco, 2011.

Recebido em: 22 de maio de 2022.

Aprovado em: 29 de junho de 2022.

Publicado em: 08 de julho de 2022.

